

As Classes Armadas e a Política

7.1.58

Em todos os países democráticos têm os militares um papel restrito e perfeitamente definido: a defesa do país. A isto se limitam, porque demasiado grande é o poder que, com as armas, se lhes põe nas mãos e se exercer de maneira perigosa para as liberdades públicas e a própria segurança nacional, se dêste âmbito saíssem. O exército é chamado, na França, «o grande mudo», porque de modo nenhum se manifesta, consagrado, como está, à sua delicada função específica.

Nas falsas democracias da América Latina, porém, os militares intervêm ativamente na política com o peso das suas armas. É o caudilhismo militar, que caracteriza muitos países da América Latina. A força armada não obedece: disputa e ordena. Mas nem sempre a sua intervenção tem este carácter nefando: pode decorrer simplesmente do péssimo mecanismo democrático, que é o sistema presidencial, e recomendar-se algumas vezes como verdadeiro corretivo da desordenada vida pública. Não intervêm então os militares para tomar pelas armas o poder que somente o voto dos cidadãos lhes poderia dar, mas, pelo contrário, para assegurar, quanto possível, o exercício da democracia. É o que se tem verificado no Brasil, em várias ocasiões, e na República Argentina, com o patriótico movimento militar que derribou o nefando despotismo peronista. Em nosso país, basta lembrar a Revolução de 1930, logo desvirtuada pelos que tomaram o poder, a deposição da ditadura estado-novista em 1945 e a reação contra a corrupção que avassalava a vida pública, em 1954.

Tão evidente se torna, com o presidencialismo latino-americano, a necessidade de tal intervenção, que já ninguém estranha, nem sequer condena o que seria inconcebível nas democracias parlamentares da Europa. É do regime, que, semi-ditatorial por natureza, muitas vezes a demanda e justifica. E tanto isto é verdade, que democratas da estirpe de Otávio Mangabeira vêm sustentando que na unidade das Classes Armadas repousa a salvação da democracia no Brasil.

É claro, porém, que admitidas estas intervenções salvadoras dos militares, com elas se pode facilmente insinuar, na vida pública, o caudilhismo militar. Isto foi o que sucedeu com os dois sucessivos golpes de 11 e 21 de novembro. O seu resultado, senão verdadeiramente o seu objetivo, foi restabelecer no poder a corrupção, que se acreditava proscribida com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Sob as aparências de um governo constitucional, estamos, de facto, sob uma ditadura militar, exercida pelo ministro da Guerra com o apoio dos generais que o cercam.

Assim, se louvamos sem restrições as Classes Armadas quando entregues à sua árdua missão nos quartéis e nas escolas da sua arte, se as aplaudimos quando patrioticamente intervêm na defesa do regime deturpado e envilecido, não podemos deixar de condenar os militares que de suas armas se servem, para direta ou indiretamente explorar o poder. E, criticando-os e combatendo-os, não estamos evidentemente menoscabando a instituição que eles desonram, mas, pelo contrário, fazendo justiça à quase totalidade das Classes Armadas, que fiel se mantém à sua missão e mais diretamente, do que a própria Nação, padece os malefícios do caudilhismo militar.

Este entendimento porém, não convém aos que põem a espada a serviço de suas ambições. Abandonam os deveres da sua nobre carreira, entregam-se à política, disputam ou ocupam posições, mas não se querem sujeitar ao ónus que a vida política impõe numa democracia — o de serem livremente criticados. Quando isto acontece, bradam: «Aqui del Rey, que estão insultando o Exército!» O mais político dos nossos generais, Gois Monteiro, assim procedia. Fazia política, como quem mais a fizesse, mas pretendia escudar-se com o Exército, quando atacado como político. Causa semelhante está sucedendo com o general Henrique Lott, ministro da Guerra. Fêz-se político, na sua pasta outra coisa não faz senão política, discorre e doutrina sobre tudo e sobre todos, mas, se o atacam, dizem os militares seus consócios, que se está insultando o Exército!

Ora, as Classes Armadas, que se acham entregues aos seus nobres deveres, nenhuma responsabilidade têm nos desvios de alguns de seus membros, que por certo lamentam; portanto, sobre elas não podem recair as críticas, os ataques, os insultos feitos aos seus membros, que, entregando-se à atividade política, não podem escapar às suas vicissitudes, embora empunhem uma espada. Políticos são eles e, sendo políticos, deixaram de ser militares, na verdadeira acepção da palavra.

Isto estamos dizendo, à guisa de explicação a alguns militares de boa fé que, neste jornal, vêm erroneamente um inimigo das Classes Armadas, porque combate certos militares políticos, ou critica certos excessos, como os ultimamente ocorridos no Rio, que, em decorrência do indefinível regime político vigente, têm praticado alguns militares.